

A RAZÃO TRAÍDA

“O sono da Razão produz monstros”

Goya

Heiji Tanaka *

Resumo

A principal herança deixada pelo século XVIII, qual seja, a realização do projeto de liberdade, igualdade e dignidade, está sofrendo contínuos ataques de todos os lados. Ao contrário de outras épocas, quando esses ataques eram frontais ao pensamento iluminista, as forças que hoje se opõem ao Iluminismo partem de uma negação radical da modernidade sob a acusação de que o paradigma da Razão é opressor e a universalidade do projeto das Luzes constitui-se apenas em uma falácia.

Tentemos, pois, nos opor a esse discurso irracionalista apresentando alguns argumentos a favor da modernidade e da Razão crítica - coisa, aliás, que não costuma fazer parte do discurso radical é a apresentação de argumentos.

Abstract

The principal inheritance left by the eighteenth century was the freedom project achievement, equality and dignity, is suffering continuous attacks everywhere. On the contrary in another time, when these attacks were face

to face to the illumination thought, the power that today opposes to the illumination, leaves from a radical denial of the modernity under the impeachment that the paradigm of the reason is oppressor and the universality of the lights project consists only in a fallacy.

Let's try to oppose ourselves to that irrationalist speech showing some arguments for the modernity and the critical reason, by the thing that doesn't take part of the radical speech is the presentation of the arguments.

Introdução

O projeto da modernidade concebido no século XVIII parece estar condenado em sua existência. Por consequência, o paradigma da Razão, que norteou a concretização desse projeto até o presente, também foi condenado como cúmplice de uma modernidade que não se realizou em sua plenitude - e o que é pior, jamais se realizará, segundo os seus detratores. Entendo por paradigma da Razão Crítica aquele que proporciona as condições de pensar o Homem na sua universalidade e não apenas enxergá-lo quando dotado de alguma

* Licenciado em História. Docente da UNIPAR.

particularidade - seja ela nacional, racial, étnica, sexual ou ideológica.

Por uma questão de espaço, muitas idéias foram sintetizadas ao máximo. Espero que isso não comprometa a compreensão das idéias-chave do trabalho, a saber, a possível retomada dos projetos da modernidade em novas bases, sem, contudo, negar a sua universalidade e a defesa do paradigma da Razão que moldou a civilização moderna dos ataques que vem sofrendo do radicalismo de direita e de extrema esquerda. O presente trabalho é uma tentativa de compreender os caminhos da Razão nesses quase trezentos anos e desvendar as possibilidades de reconstruirmos os ideais de liberdade, igualdade e dignidade que possam ter um alcance universal. Dividir-se-á o estudo em três partes:

1. O eclipse da razão;
2. A crise da modernidade;
3. A reconstrução da razão.

1. O ECLIPSE DA RAZÃO

A Razão greco-romana, que serviu como vetor para o desenvolvimento da civilização moderna, parece ter chegado ao esgotamento. O projeto de civilização que hoje prevalece foi engendrado no decorrer do século XVIII pelo movimento das Luzes que se espalhou por várias partes da Europa e manteve a sua força nos séculos seguintes. Os iluministas pregavam que, através da Razão - uma faculdade eminentemente humana - seria possível construir os ideais mais elevados do Homem: a liberdade, a igualdade e a dignidade.

O projeto estipulado pelo século XVIII era, ao mesmo tempo, um projeto individual e coletivo. Seu princípio fundamental era a sua universalidade - ou seja, englobava toda a humanidade. Não haveria, em princípio, nenhuma barreira - de cunho religioso, nacional, étnico ou sexual - que impedisse o Homem dotado de Razão de ter acesso a esses ideais que, resumindo, significavam a sua emancipação.

A emancipação do Homem consistia, pois, na efetivação das condições básicas de sua existência no plano material, espiritual e moral. A

liberdade, de acordo com os iluministas, significava que todos os homens são livres em sua ação, não devem ser tutelados na sua capacidade de pensar e criar e jamais poderão ser coibidos de expressar os seus anseios e aspirações. A igualdade, por sua vez, pressupõe que todos os homens sejam iguais perante a lei, que ninguém esteja além ou aquém das normas que definem os direitos e deveres do indivíduo e que fazem parte da convivência coletiva. Nesse sentido, mesmo o poder soberano hobbesiano encontra os limites de sua autoridade em normas estabelecidas. A lei passa a ser uma proteção para o indivíduo diante da opressão e arbitrariedade que podem ser exercidas pelo Estado ou pela sociedade e, ao mesmo tempo, protege aquilo que é do interesse comum. Finalmente, a dignidade do Homem está na busca de uma vida material que disponha de um mínimo de conforto para todos e no reconhecimento da liberdade e da igualdade de cada um perante a sociedade. A universalidade desses ideais está no fato de que a sua validade diz respeito a todos os homens independentemente de condicionantes externos. Tudo isso conduzido pelo uso racional das faculdades humanas. Completa-se, assim, a concepção do Homem universal que nos vem desde a Renascença. Talvez, nenhuma época, anterior ou posterior ao século XVIII, tenha sido capaz de fazer uma promessa tão ousada e tão otimista.

Podemos indicar duas correntes de pensamento que, nesses quase trezentos anos, tentaram concretizar os ideais do Iluminismo: o Liberalismo e o Socialismo.

Por algum tempo, o Liberalismo se colocou na posição de único portador dos ideais levantados pelo século das Luzes. Tratava-se de efetivar na prática da vida coletiva a liberdade, a igualdade e a dignidade do Homem. No campo político, não podemos negar, o Liberalismo rendeu frutos preciosos na luta contra o despotismo e contra a opressão colonial, influenciando a independência dos EUA, da América espanhola e, pelo menos formalmente, do Brasil. Todavia, a promessa liberal de liberdade e igualdade não se completou até hoje na América - talvez com exceção da

América anglo-saxônica. Isto porque o Liberalismo dos séculos XVIII e XIX acabou por privilegiar muito mais a esfera econômica do que a esfera política. Buscou-se a maximização da produção da riqueza através da liberdade de empreendimento, do desenvolvimento da técnica, da dominação e exploração da natureza.

Os defensores do Liberalismo imaginaram que a produção da riqueza material seria suficiente para promover uma vida digna a todos os homens e a acumulação de capital advinda do trabalho poderia multiplicar ad infinitum a riqueza, aperfeiçoando por si mesma as condições de vida de toda humanidade. Com isso, ficou relegada ao segundo plano toda uma dimensão que já estava inscrita nos ideais iluministas - a saber, a dimensão política do convívio comunitário dos homens. A liberdade ficou restringida à "livre-iniciativa"; a igualdade passou a ser entendida como a "igualização das oportunidades empresariais"; e a dignidade, concebida como um fim em si mesma, transformou-se num privilégio dos que se auto-definiram como os "eleitos de Deus". Ou seja, o direito de participação política, de liberdade de expressão, a busca da igualdade jurídica - o primeiro passo para o reconhecimento do cidadão - e o respeito à dignidade do Homem passaram por um longo período de hibernação. Para os liberais desse período, não havia espaço para o exercício democrático onde todos pudessem ser reconhecidos como livres e iguais. Ainda no século XIX, o advento do Socialismo "Científico" despontou como uma grande promessa para reverter os equívocos do Liberalismo e completar os ideais do Iluminismo. Para os fundadores do Socialismo, Marx e Engels, o Homem jamais seria livre se permanecesse subjugado à exploração do trabalho e aos pesadelos da miséria material. Com isso, Marx e Engels inseriram o indivíduo numa classe social, abrindo-lhe a possibilidade de concretizar a liberdade, a igualdade e a dignidade. Não o indivíduo, mas o proletariado seria o portador da Razão liberta da opressão e da exploração. Esse deslocamento do indivíduo para a classe social é necessário, pois o Socialismo concebe o indivíduo como um prisioneiro das suas

condições materiais de vida - numa visão determinada aprioristicamente. O indivíduo estará sempre reproduzindo esse universo ditado pelas contingências materiais, jamais superando-as. O único meio de libertação do gênero humano seria o surgimento de uma vanguarda revolucionária que implantaria um governo em nome do proletariado - uma ditadura - que acabaria por administrar as coisas (a produção de riqueza) e, o que aparece implícito, administraria também a vida dos indivíduos. Assim, ao final desse processo, que implicaria numa reeducação das vontades e desejos de cada um, a vanguarda governante conseguiria implantar uma sociedade justa e igual, uma sociedade sem classes onde todos se reconheceriam como iguais e dignos de estarem vivendo nessa "nova comunidade". O ideal comunista "a cada um de acordo com a sua capacidade, a todos segundo as suas necessidades" estaria prestes a se realizar.

Se o Liberalismo relegou ao segundo plano a dimensão política do Homem no sentido de realizar a plena igualdade de todos, o Socialismo acabou por eliminar qualquer vestígio da dimensão moral desse mesmo Homem. Aprisionado em seu mundo material, o Homem se torna incapaz de fazer livremente o uso da Razão, de efetuar qualquer julgamento acerca das suas ações - a não ser que seja tutelado por uma vanguarda que "sabe" o que deve ser feito. É essa vanguarda que define as normas da convivência coletiva, os direitos e deveres de cada um, e define até mesmo as necessidades e as capacidades individuais. Pensar a emancipação do Homem nesse contexto torna-se, simplesmente, impossível.

Em síntese: o Liberalismo, ao privilegiar a esfera econômica, via o homem apenas como um produtor de riqueza (que acabava sendo concentrada nas mãos de poucos); o Socialismo, por sua vez, concebeu o Homem como merecedor de uma vida material digna (e as condições para realizá-la já estavam dadas), porém, esse Homem deveria ser tutelado em suas vontades e desejos, educado para obedecer às ordens ditadas pela vanguarda revolucionária e não questionar as potencialidades individuais represadas por um

poder tirânico.

A evolução dessas duas correntes no século XX levou ao ponto de estrangulamento que estamos vivendo. O Liberalismo sofreu algumas mutações até culminar no Estado de bem-estar social que vigora nos países desenvolvidos e o Socialismo enveredou por caminhos obscuros até atingir a sua auto-desintegração no Leste europeu.

E como projetos coletivos de alcance universal, não se completaram. Basta olharmos para os dois terços da humanidade que vegetam na miséria, as guerras insanas que destroem e mutilam inocentes na África, na Ásia ou nos Balcãs, o reacionarismo dos nacionalismos xenófobos na Europa e o fanatismo religioso que atravessa o mundo com poderosas bombas que explodem em Nova York, Londres e em outros países.

Nesse sentido, toda a culpa pela falência (ou colapso) do projeto da modernidade é depositada no paradigma da Razão que, bem ou mal, deu origem a esse projeto. Aproveitando-se das brechas abertas pela crise da modernidade, multiplicam-se os ataques contra a Razão crítica. Ironicamente, esses ataques reúnem a direita mais reacionária e a esquerda mais radical num movimento marcado pelo ódio e intolerância. Segundo os defensores dessa postura agressiva contra a Razão e a modernidade, quais “novos bárbaros”, na expressão acertada de Sérgio Paulo Rouanet, é preciso desmistificar a Razão, retalhar a pretensa universalidade do Homem e engendrar novos significados para a liberdade, igualdade e dignidade. Não devem existir princípios e valores universais e a Razão é o próprio símbolo da opressão. Assim, os ideais do Iluminismo tomaram um estranho destino.

Resta-nos apenas uma postura de passividade diante do mundo e uma crença cega em princípios místicos. Cruzemos os braços para esperar que as profecias de Nostradamus se concretizem, mandemos fazer o nosso mapa astral para sabermos se seremos felizes no amor e na vida, entremos no “vale tudo” pois o “sucesso não ocorre por acaso”, façamos dietas do tipo “emagreça comendo” para mantermos a saúde em dia ou - se

preferirmos - podemos ir até a margem do rio Piedra, sentar e chorar. É um sentimento de apatia temperado com uma dose de niilismo, travestido de discurso sofisticado para alimentar o paradoxo do radicalismo contemporâneo: a subversão conformista. Para esses, não existe nada de novo sob o sol.

2. A CRISE DA MODERNIDADE

A crise da modernidade vem sendo proferida, há algum tempo, com muita insistência e algum entusiasmo por várias correntes da Filosofia, Literatura e Artes. Trata-se de propagar a idéia de que a modernidade - o projeto elaborado pelo Iluminismo - encontra-se em seu estado terminal e que é preciso encontrar um novo paradigma (ou vários) para a civilização moderna. O júbilo com que saúdam o fim da modernidade desperta uma certa desconfiança pois permite acomodar o pensamento na expectativa sempre ingênua de que algo novo irá surgir das explicações e críticas históricas, muitas vezes, pouco fundamentadas.

Sabemos que o projeto da modernidade engloba uma dada totalidade, ou seja, absorve várias esferas da existência humana, buscando sempre a superação dos impasses que vão surgindo no desenrolar desse projeto. É certo também que a Razão Crítica - a capacidade de julgamento do Homem, livre de qualquer tutela - não encontra nenhum conforto numa modernidade que se recusa a lutar contra todas as monstruosidades geradas por um irracionalismo que carrega a bandeira da violência e da intolerância como o seu maior símbolo. Por isso, gostaria de discutir nesse espaço as duas esferas da modernidade que considero uma síntese das preocupações de hoje: a economia e a cultura. Não se pretende isolar ou privilegiar nenhuma das esferas; tampouco autonomizá-las enquanto instâncias de produção de valores (materiais e espirituais), mas apenas investigar o seu desenvolvimento e o papel que desempenham no atual momento histórico.

Se a crise da modernidade é real, os seus descaminhos devem ser analisados e mostrados,

servindo como um desafio contra aquilo que poderíamos chamar apropriadamente de “Razão Apocalíptica”.

a) A Economia

A economia moldou-se pelo crescente uso da racionalidade para obter um determinado fim: a produção da riqueza material. Com a Revolução Industrial, em especial, a partir de meados do século XVIII, o cálculo racional foi incorporado definitivamente ao próprio processo econômico.

Era necessário estabelecer uma relação exata entre custo/benefício, entre oferta/procura, para ampliar a acumulação de capital. Assim, nesses mais de duzentos anos, as empresas foram mudando de formato, aumentando a sua capacidade produtiva, produzindo artigos com inovações técnicas cada vez mais complexas e instalando fábricas em várias partes do mundo. As grandes corporações que se formaram (denominadas ambigualmente de empresas transnacionais) acumularam uma grande quantidade de capital e, conseqüentemente, poder econômico. Com isso, a produção de riqueza a nível mundial ficou a cargo de uma centena de empresas que controlam o capital e a tecnologia, engolindo as empresas menores. Essa gigantesca montanha de capital desloca-se pelo mundo afora, padronizando hábitos de consumo e há algum tempo já escapou do controle dos Estados nacionais, alcançando uma autonomia relativa em escala planetária.

No entanto, mesmo essa gigantesca acumulação de capital não proporcionou as condições mínimas de dignidade a dois terços da humanidade, concentrando os seus benefícios para a população que vive no Atlântico Norte e, mais recentemente, no extremo Oriente. A promessa de um contínuo aperfeiçoamento das condições materiais de vida foi traída pela racionalidade econômica que provocou uma situação desesperadora para os miseráveis da África, Ásia e América Latina, que não possuem, literalmente, nada para comer, enquanto os povos do norte

desfrutam de condições de vida baseadas no consumo ostensivo e desperdício de alimentos e recursos materiais. Essa é uma relação paradoxal da modernidade: a racionalidade econômica proporcionou meios até então inimagináveis para a produção de riqueza ao mesmo tempo que engendrou condições degradantes (e também inimagináveis) de miséria social.

Além disso, a produção de riqueza teve um custo bastante elevado: sem falar nas vidas humanas que foram condenadas durante todo esse processo, a produção de riqueza custou também uma super-exploração da natureza, do subsolo e das florestas. Mesmo com todos esses recursos e com os que ainda existem para serem explorados, parece não existir nenhuma perspectiva de que dois terços da humanidade, que vegetam na miséria (absoluta ou relativa) terão a sua vida material melhorada apesar de todo desenvolvimento tecnológico alcançado. Não é preciso passar fome todos os dias para compartilhar a dor e o sofrimento desses homens, o seu desespero e infelicidade por fazerem parte de um destino tão pouco generoso. Sem expectativas de um futuro melhor para esses homens, a modernidade foi abalada em seus próprios alicerces: como imaginar a liberdade, igualdade e dignidade para esses homens? Como aceitar - se é que é possível aceitar - uma relação de desigualdade tão grande entre os homens que fazem parte da civilização moderna? Será que os ideais do Homem encontraram o seu colapso de modo tão flagrante que o seu desaparecimento é mais um alívio do que motivo de lamento para a humanidade?

b) A Cultura

A cultura, no seu sentido mais amplo, reflete o mundo em que vivemos e busca transcendê-lo naquilo que os homens imaginam estar ausente do seu convívio. No entanto, nos dias atuais, o sentimento de impotência, de que nada pode ser feito para reverter o quadro de destruição da natureza e da miséria social que arrasa populações inteiras leva também a um sentimento de

desespero. A cultura moderna reflete de modo bastante claro a mistura desse dueto: 'impotência e desespero' que leva a uma passividade reconfortante em frente à televisão ou a um radicalismo infantil que não leva em conta os argumentos mas apenas as paixões e o ódio inerentes a um mundo que não consegue transcender as suas aspirações e expectativas. Não cabe aí nenhuma possibilidade de vislumbrarmos (ou reconstruirmos) os valores que possam ter um alcance universal.

Christopher Lasch denominou essa cultura de "cultura da sobrevivência". Ou seja, o indivíduo impossibilitado de enxergar qualquer perspectiva de realização coletiva fecha-se no medo de que "tudo aquilo" que ele possui - o bem-estar material - possa ser arrancado dele diante das incertezas da vida. Sob o domínio desse constante sentimento de insegurança, o indivíduo se isola do convívio coletivo (social e político), admirando a sua própria figura de sobrevivente. Tal como Narciso na mitologia grega, o indivíduo contemporâneo é um admirador da sua própria imagem e qualquer projeto coletivo esbarra no individualismo plasmado em um determinado grupo cuja cultura é levada à completa atomização. É um reino onde não existe mais espaço para a prática política (no sentido aristotélico) e o universo se confunde com os desejos e vontades egoístas.

A dimensão do Homem fica, assim, fragmentada em vários pedaços: os negros, as mulheres, os homossexuais, os homens de meia idade, os velhos, os jovens, as crianças. E todo o sistema se move para a realização dos desejos desses grupos particularizados que absorvem os "sobreviventes" para satisfazer a imagem que se constrói de cada um deles. A cultura do consumismo, nesse sentido, é o complemento necessário para o narcisismo dos indivíduos na sociedade contemporânea.

Nessa sociedade, não apenas se nega a validade universal da liberdade, igualdade e dignidade, como também redefinem o seu sentido. O Homem passa a ser considerado sob a ótica do "senhor consumidor". A liberdade não está mais na livre expressão das idéias e aspirações mas na

liberdade de escolher os produtos a serem consumidos. A igualdade nada tem a ver com um padrão jurídico normatizador da convivência comunitária mas tão somente com os padrões de consumo de um dado grupo da sociedade. O indivíduo evapora-se na sociedade de consumo, tornando-se apenas mais uma peça (descartável) na engrenagem para produzir e consumir mercadorias. Todo um ramo da economia se volta para analisar a melhor forma de convencer o indivíduo a consumir um determinado produto: a dona-de-casa que escolhe um sabão que não irrita as mãos; o tênis que identifica o adolescente com o seu grupo de idade; adultos que devem optar entre a cerveja número um ou a mais gostosa; uma marca de automóvel que faz o "seu" estilo; uma boneca que representa a independência feminina e assim por diante. O marketing invadiu todos os espaços da vida e absorveu, inclusive, a esfera política.

O mais intrigante não é o fato de essa visão ser passada de forma repetitiva todos os dias, mas sim, que a própria sociedade, destituída de sua capacidade de julgar, se apresse em elaborar um discurso legitimador dessa ordem de coisas. A universalidade cede lugar aos discursos particularistas - muitas vezes intolerantes e agressivos - de mulheres, negros e gays. O indivíduo - o sujeito da emancipação do gênero humano - torna-se prisioneiro de uma particularidade que o restringe e oprime. Os direitos das mulheres, negros e gays tornam-se direitos inalienáveis na medida em que fazem parte dos direitos do Homem e não porque voltados a um grupo em particular. O egoísmo engendrado pelos movimentos radicais anula qualquer universalidade, porque, segundo afirmam, ela é opressora. No entanto, não percebem que o que aprisiona o Homem é justamente a defesa do particularismo. É quando a liberdade, a igualdade e a dignidade deixam de ser vistas como um direito de todos os homens para se transformarem em privilégio de alguns. E nesse discurso apocalíptico - porque não vislumbra nenhum projeto que possa ser universalizado - quem perde é a humanidade e a Razão crítica é condenada em seu próprio nome.

O gênero humano fragmentado é tudo o que os pesquisadores da “propensão ao consumo” esperam que aconteça para poderem bombardear o senhor consumidor com os intermináveis lançamentos de novos produtos. Nesse sentido, as crianças e os jovens constituem-se nos segmentos mais visados. Existe uma lógica nessa opção: eles serão os senhores consumidores de amanhã que garantirão a reprodução da acumulação de capital.

Acusar os jovens de serem desintelectualizados ou de se deixarem alienar facilmente pela cultura do consumismo não parece justo. Afinal, essa alienação é imposta, justamente, pela prática que os adultos desenvolvem: os pais, os pesquisadores e os planejadores. Os produtos que são lançados sobre os jovens (sejam eles um tênis ou um livro) possuem um objetivo pré-determinado de minar-lhes qualquer vontade de reflexão, fazendo com que permaneçam enclausurados em seu mundo atomizado e alienado. O passado e o futuro não possuem nenhum valor; o que resta é a eternidade da juventude que é ingenuamente imitada por pais e avós de todas as idades. Cresce-se num mundo onde não existe distinção entre o público e o privado, o crítico e o não-crítico, e tudo se resolve comendo um Big-Mac com fritas.

Nesse universo que Herbert Marcuse definiu como “unidimensional”, a característica indelével é a infantilização da sociedade que se torna indiferente a todas as atrocidades que são cometidas em nome da Razão. De fato: quando a Razão é anestesiada num estado de dormência, os piores pesadelos emergem para a superfície da vida. É quando todo o gênio de Shakespeare e Newton não é capaz de conter a violência que a Inglaterra cometeu no século XIX para subjugar os povos da África e Ásia, ou quando Kant, Beethoven e Goethe não conseguem impedir que a Alemanha desse ao mundo a figura horripilante de Hitler e seus asseclas. Ou ainda, no extremo da ironia, quando os herdeiros de Montesquieu e Voltaire se vêem diante de um carrasco chamado Jean-Marie Le Pen. E mais: quando anestesiados a Razão para que ela não possa agir, abrimos as brechas por onde entra toda a saga de tiranos e

torturadores que pretendem tomar o poder. Porém, não é a Razão que produz tais monstruosidades, mas sim a sua antítese. É a irracionalidade que mata ou mutila vítimas inocentes na Guerra civil dos Balcãs, da Etiópia e na Somália, produz um nacionalismo xenófobo violento e radical, extermina crianças e velhos nos confins do mundo subdesenvolvido.

É nesses momentos, quando a Razão é mutilada em seu próprio nome, que escutamos o lamento que vem da profundidade da alma contra tudo isso que foi praticado pelo irracionalismo: o reino do fanatismo e da intolerância, da violência e da opressão contra o gênero humano e que, bem ou mal, colaboramos para a sua concretização.

3. A RECONSTRUÇÃO DA RAZÃO

A crise da modernidade não deve ser confundida com uma crise do paradigma da Razão que moldou a civilização moderna. Não é o projeto da modernidade em si que entrou em colapso mas os meios para a sua realização. Não são os valores universais como a liberdade, igualdade e dignidade que devem ser extintos, acusados de serem os responsáveis pela degradação do Homem. O que deve ser combatido é a manifestação do irracionalismo, as correntes acomodadoras do pensamento que empurram a humanidade a permanecer num universo infantilizado, aceitando a destruição dos ideais da humanidade pelas forças cegas do obscurantismo e da tirania embutidas em discursos nacionalistas e particularistas que não possuem nenhum compromisso com o Homem e com a Razão crítica.

Há duzentos anos Kant acreditou que a sua época estava inaugurando uma nova ao abrir condições de libertar o Homem do estado de tutela e ignorância a que estava submetido. A maioria do Homem estaria na sua realização material e espiritual, na descoberta das diferenças através da crítica, na concretização dos ideais de liberdade, igualdade e dignidade através do uso da Razão. E nesses duzentos anos a Razão sofreu uma dupla traição: a impossibilidade de se realizar por causa das ações com as quais ela jamais compartilhou e

no seu posterior abandono pelas forças que a mergulharam num relativismo inescapável, negando a sua universalidade.

Apesar de todas as evidências em contrário, acredito que possamos reatar os laços que unem a Razão e os tempos atuais. Tenho certeza de que não será uma tarefa fácil, mas ela tem que ser tentada. Estou falando, fundamentalmente, da recuperação da esfera política da nossa sociedade que foi igualmente retalhada pelo discurso particularista das últimas décadas. O espaço público é, por excelência, o lugar onde podemos estabelecer as condições mínimas para o diálogo - numa perspectiva habermasiana - na busca do consenso sobre as questões mais prementes da vida coletiva. Sem essa possibilidade de estipular um conjunto de normas que possam servir como um parâmetro para as nossas ações será impossível reconstruirmos a esfera política para aquilo que deve ser o seu fim: criar condições para que todos os homens tenham o direito de expressar suas idéias, livres de qualquer coação externa, com base em um diálogo argumentativo na busca do bem-estar da comunidade.

Do contrário, teremos que nos submeter ao descaso da coisa pública, à corrupção generalizada, à anarquia da esfera política e aos interesses pessoais se sobrepondo aos interesses coletivos.

Seria a coroação dos defensores do particularismo, que imaginam que todo indivíduo é prisioneiro da sua opção sexual, da sua religião ou da sua ideologia. Por isso, o resgate da esfera política deve ser um produto das decisões de cada indivíduo reconhecido em sua maioria intelectual. Portanto, não se trata de um projeto elitista ou que reproduz a marginalização em voga. A tarefa da Razão crítica consiste, justamente, em estabelecer as bases necessárias para a recuperação da vida comunitária e a relação existente entre os interesses individuais legítimos e aquilo que se espera obter para a coletividade. No entanto, temos que nos lembrar de que, desde o século XVIII, já se escreveu que “não existe liberdade para o ignorante” assim como não pode existir dignidade para aqueles que são mutilados e humilhados em seu dia-a-dia. A linha de pobreza é exatamente a

que separa a dignidade da indignância.

Assim, a recuperação da esfera política leva-nos a recuperar uma outra dimensão também esquecida: a das relações inter-subjetivas. Através do diálogo com o nosso semelhante - reconhecido na sua liberdade, igualdade e dignidade - podemos alcançar aquilo que é proposto em termos coletivos, obter um maior controle sobre a produção de riqueza, suprimir as condições abjetas de vida que impedem a dignidade de todos os homens e estipular um padrão moralmente aceitável para lidar com a coisa pública. E mais ainda: através da Razão dialógica (que também é crítica) poder-se-ia retomar os projetos coletivos que foram abandonados no transcorrer da modernidade e que, talvez, mantenham ainda hoje a sua atualidade.

Ou seja, as relações inter-subjetivas que objetivam a restauração da vida comunitária são também um diálogo com o nosso próprio passado.

Olhando para esse passado, podemos recuperar as experiências que serviram para moldar o nosso presente, as possibilidades que foram sendo abertas para a superação dos desafios que surgiram durante toda essa trajetória. Esse processo de diálogo com o passado observado à luz do presente, traz para a superfície da história as esperanças e sonhos que não foram (ou não puderam ser) realizados; impele-nos a recuperar esses sonhos perdidos e que, talvez, sejam os nossos próprios sonhos abandonados em algum lugar do nosso inconsciente. É impossível deixar de lembrar, nesse momento, da Revolução Francesa, dos revolucionários de 1830-48 ou da luta desesperada contra o Fascismo que nos fez repensar as questões acerca dos Direitos do Homem. Se foram ideais traídos, não significa que devam ser esquecidos.

Ah! Os sonhos perdidos da humanidade! Todos eles convergem para um ideal de felicidade que nos prende ao presente através do passado, mas também lança-nos àquilo que desejamos para o nosso futuro. Existe, pois, um elo de ligação entre o presente e o passado num fluxo que traz à tona a experiência acumulada da humanidade. Não se trata de relatar aos jovens essas experiências mas

permitir a sua “revelação” que, talvez, possa renovar as energias utópicas do nosso tempo sem as quais o Homem parece que vai perecendo por causa da tristeza. Como diria o filósofo Walter Benjamin, a esperança é uma chama que precisa sempre estar sendo atizada para que não se apague. Caso contrário, corremos o risco de vermos todos os nossos esforços - do passado e do presente - serem anulados pela apatia e pela indiferença para com os valores universais. E como bem advertiu Alain Finkielkraut, “a desvolta indiferença pelas grandes causas traz, em consequência, a abdicação diante da força, e o fanatismo que desaparece das sociedades ocidentais está arriscado a ceder lugar a uma outra enfermidade da vontade, não menos inquietante: o espírito de colaboração”. Ou seja, a ameaça da opressão não se faz presente por causa da Razão Crítica, mas sim, quando ela é amordaçada pelo discurso do irracionalismo.

Fazemos parte, pois, da tradição iluminista cujo ideal repousa na busca permanente da liberdade, igualdade e dignidade. É uma tradição que não se contenta apenas com as suas realizações e não se dobra diante das forças poderosas do conservadorismo ou do discurso radical que não leva em conta as suas potencialidades e pretende mergulhar toda a humanidade no universo do particularismo e do irracionalismo. A modernidade, fiel a seu projeto de emancipação do Homem, permanece aberta e inacabada. O seu futuro depende, essencialmente, da direção que for dada às ações humanas. E se, no seu desenrolar, traírmos o projeto da modernidade, estaremos, então, traindo também todos aqueles que acreditaram no aperfeiçoamento do Homem nesses quase trezentos anos. Afinal, não chegamos tão longe para morrermos de forma tão triste.

CONCLUSÃO

Combater as forças do irracionalismo moderno nem sempre é uma tarefa fácil mas é sempre necessária. Se permitirmos que o discurso relativista da atualidade tome conta do cenário político, estamos fadados a destruir todo o projeto da modernidade. O que temos visto é que

os defensores do particularismo cultural enclausuraram o Homem no seu meio - os gays, os negros, as mulheres - ou em sua nação - os franceses, os turcos - transformando-os numa simples entidade e não em sujeitos capazes de se emanciparem intelectualmente.

Nesse sentido, o combate a essas instâncias que infantilizam o Homem deve ser sem tréguas. Não podemos compactuar com um discurso que fragmenta o Homem como se este fosse destituído da Razão, e que deve, portanto, ser tutelado no seu esclarecimento e reconhecido apenas enquanto membro de uma particularidade. Os ideais do Iluminismo fundam-se na universalidade porque acreditam na possibilidade de todos os homens serem reconhecidos como livres, iguais e dignos.

É certo que a Filosofia não nos mostra o caminho seguro que devemos seguir; no entanto, pode oferecer, ao menos, um abrigo - temporário que seja - para refletirmos sobre as inquietações e ansiedades que rondam o nosso tempo.

Bibliografia

1. FINKIELKRAUT, Alain. **A derrota do pensamento**. Rio : Paz e Terra, 1988.
2. LASCH, Christopher. **O mínimo eu**. 5ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1990.
3. ROUANET, Sérgio Paulo et FREITAG, Bárbara (orgs). **Habermas**. São Paulo : Ática, 1980.
4. ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.